



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS
COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA – CIAMOPOP/ES

ATA CIAMOPOP/ES

DATA: 26.04.2022	INÍCIO: 14H	TÉRMINO: 17H
LOCAL:	https://us02web.zoom.us/j/84215708906?pwd=ZDM2RG1nOTR5ZDhKZHp1em02YlA0dz09	
ASSUNTO:	5ª Plenária CIAMOPOP/ES	
Participantes		
01-Eliando Reis – SEDH		
02-Ipojucan José Oliveira – SESA		
03-Lucileia Rosa Eller – COSEMS – ES		
04-Flávia Rocha Cazzotto – MPES		
05-Ramon Ribeiro – SETADES		
06-Leticia Goldner Valim – COGEMAES		
07-Sandra Mara Pereira – IJSN		
08-Andrea Monteiro Dalton – UFES		
09-Fernanda Nunes de Freitas – SEDURB		
10-Clarice Campos – SETADES		
11-Ronnie Peterson Leão – CoordPopRua/ Sedese-MG		
12-Luzia Mara Lima – Coord. Estadual dos Direitos para População em Situação de Rua da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (Sedese-MG).		
13-Cristiano Araújo - Gerente de Políticas e Organizações de Redes de Atenção à Saúde (Geporas), da Secretaria de Estado de Saúde do Espírito Santo - SESA.		
Síntese		
<p>ATA DA 5ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (CIAMOPOP/ES), instituído nos termos da Portaria nº 104-S, de 17 de novembro de 2021. Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, às 14h, reuniram-se, na modalidade on-line, através do aplicativo Zoom, as representações dos órgãos e instituições que compõe este Ciamopop/ES e convidados (as). Desejando boas vindas a todas e todos, após ter o pedido de gravação da plenária prontamente autorizado, Eliando iniciou a reunião agradecendo a participação das instituições e órgãos representados e convidadas (os), fazendo a leitura dos seguintes pontos de pauta: 01 - <i>Os desafios e avanços na implementação do Plano Estadual da Política para a População em Situação de Rua de Minas Gerais, tendo como facilitador (a) a Sra. LUIZA MARA LIMA e o Sr. RONNIE PETERSON LEÃO (Coordenadoria Estadual dos Direitos para População em Situação de Rua da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (Sedese); 02 - A importância das pesquisas censitárias sobre a população em situação de rua, tendo como facilitador o Sr. CRISTIANO DE ARAÚJO - Gerente de Políticas e Organizações de Redes de Atenção à Saúde (Geporas), da Secretaria de Estado de Saúde do Espírito Santo; 03 - Informes gerais.</i> Após rápida apresentação, Eliando aproveitou para informar que, enfim,</p>		



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS
COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA – CIAMOPOP/ES

o Estado do Espírito Santo conseguiu efetivar sua adesão à Política Nacional para a População em Situação de Rua, nos termos do Decreto Nacional nº 7.053/2009. “Muito embora o presente Termo não envolva a transferência de recursos financeiros propriamente dita, é importante destacar que o objeto do presente Termo, visa, em linhas gerais, manifestar a intenção de estabelecer um regime de colaboração mútua para execução de ações integradas, visando à implementação da política nacional; proteção e promoção dos direitos humanos das pessoas em situação de rua e o combate à violência”, conclui. Na sequência, passou-se ao segundo ponto da pauta, a saber, *“Desafios e Avanços na Implementação do Plano Estadual da Política para a População em Situação de Rua de Minas Gerais”*. Luiza iniciou sua exposição apresentando a seguinte mensagem: *“É extremamente difícil viver em situação de rua. Vemos restaurantes por todas as partes e, no entanto, sabemos que não vamos poder comer. Há milhares de prédios ao redor, mas não vamos dormir em nenhum deles, senão nas ruas, que é o lugar onde as pessoas caminham. Há uma infinidade de banheiros e não vamos poder entrar em nenhum deles. É muito duro ver essas coisas e não enlouquecer* (TOSOLD; BARBOZA, 2012, p.2).” Sobre o perfil da população em situação de Minas Gerais, segundo dados do CadÚnico 0,41% da população de Minas Gerais encontra-se em situação de rua. Isso corresponde a 18.728 pessoas que utilizam a rua e logradouros públicos para permanência. Deste universo, 11% são do sexo feminino e 89% se declaram do sexo masculino. Apenas a capital, Belo Horizonte, responde por 48,9% do total dessa população. 44 dos 853 municípios do estado concentram, cerca de, 86% da população em situação de rua. Dentre os principais fenômenos que atravessam o público que corresponde à população em situação de rua do estado, segundo levantamento, são: pobreza extrema, fragilidade e/ou rompimento dos vínculos familiares, uso de substâncias psicoativas, inexistência de moradia convencional regular, heterogeneidade dos modos de vida, baixa escolaridade, são predominantemente homens, negros, trabalhadores no mercado informal, população proveniente de áreas urbanas, dificuldade de acesso aos serviços e benefícios (políticas públicas) de forma geral, violência física, sexual e institucional, invisibilidade social, desemprego, dificuldade de acessar o mercado de trabalho e a garantia de renda, dificuldade de consciência crítica sobre sua própria condição, baixa autoestima, pouco conhecimento da gestão sobre o real diagnóstico do território para o fomento de políticas eficazes. Outras características dessa população, apesar da fragilidade do levantamento do observatório, é que 79% se declaram negras, 20% brancas, e 1% indígenas e amarelas. Destes, 93% estão em condições de extrema pobreza e pobreza; 85% recebem Bolsa Família; 90% possuem entre 18 e 59 anos, 1% são crianças/adolescentes (0 a 17 anos), e 9% acima de 60 anos; 16% apresentam alguma deficiência; 53% possuem o ensino fundamental incompleto, 14% ensino fundamental completo; 13% ensino médio completo e 9% incompleto, 10% não sabem ler nem escrever. Luiza fez questão de frisar que o Plano Estadual foi construído coletivamente, com o povo da rua, e não para o povo da rua, e sociedade civil, parceiros e bastantes atuantes. Sobre os serviços existentes



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS
COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA – CIAMOPOP/ES

na rede, Luiza lembrou que as intervenções não se resumem apenas numa “caixinha” da assistência social e saúde nos momentos de gravidade e/ ou emergência. A política à pessoa em situação de rua é intersetorial e transversal, atuando em rede nos territórios. O eixo central é a pessoa em situação de rua, os equipamentos são amplos e devem compreender a necessidade dos indivíduos nas diversas áreas de atuação, como: CRAS; CREAS; Centro Pop; SEAS; Defensoria Pública; Ministério Público; Abrigos Morádias; Sociedade Civil; Segurança Alimentar e Nutricional; Educação; Cultura, Esporte e Lazer; Trabalho, Emprego e Renda; Rede hospitalar (UPA, SAMU além de outros serviços e especialidades); Centro de Convivência; Unidade Acolhimento Transitório; Saúde Mental; Conselhos dentre outros. Destacou que o Plano Estadual de Políticas para população em situação de rua de Minas Gerais foi construído coletivamente, com ampla participação do poder público e sociedade civil, com as seguintes áreas de atuação: *Eixo 1: Direitos Humanos e Segurança Pública. Objetivos: Efetivar os direitos humanos das pessoas em situação de rua, por meio da erradicação de atos violentos, da garantia de acesso à justiça e da humanização das ações de segurança pública. Eixo 2 – Cidadania, Mobilização, Participação e Controle Sociais. Objetivo: Garantir a mobilização e a participação das pessoas em situação de rua nos espaços de elaboração, monitoramento e avaliação das políticas públicas e em outros espaços de participação social e política para assegurar o exercício da cidadania e controle social. Eixo 3 – Trabalho, Emprego e Geração de Renda Objetivo: Garantir o acesso da população em situação de rua às políticas de trabalho e emprego, visando a inclusão socioprodutiva em suas diferentes formas de organização com a perspectiva da geração de renda. Eixo 4 – Habitação, Moradia e Desenvolvimento Urbano Objetivo: Garantir o direito constitucional, para as pessoas em situação de rua, à moradia em primeiro lugar, por meio de políticas públicas, programas e/ou ações, bem como o direito constitucional à cidade e de acesso a espaços e equipamentos públicos. Eixo 5 – Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional. Objetivo: Garantir o direito constitucional à assistência social e à segurança alimentar e nutricional às pessoas em situação de rua, com atendimento em toda a rede do Sistema Único de Assistência Social e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, observando as especificidades do público. Eixo 6 – Educação. Objetivo: Efetivar o direito a educação de qualidade, assegurada nos arts. 6º e 205 da Constituição da República, como um direito social e um dever do Estado, visando o pleno desenvolvimento da pessoa em situação de rua, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Eixo 7 – Saúde. Objetivo: Garantir o direito constitucional à saúde às pessoas em situação de rua, com atendimento em toda a rede de atenção do Sistema Único de Saúde – SUS e observando as especificidades dessa população. Eixo 8 – Cultura, Esporte e Lazer. Objetivo: Garantir às pessoas em situação de rua o acesso às políticas públicas, aos espaços e aos equipamentos de cultura, esporte e lazer, considerando as especificidades do público.* Rapidamente, Luzia falou sobre outras iniciativas, como: *Cooperativa de Economia Solidária Poplimp; Sabor do Canto;*



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS
COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA – CIAMOPOP/ES

Projeto Plantação. Falou do primeiro Festival Cultural do povo da rua: “*A Rua e a Cultura*”, cuja iniciativa e organização fora exclusivamente da população em situação de rua. Por fim, deixou à plenária Ciamopop/ES, algumas referências bibliográficas e outras fontes de estudo. Luiza esta Coordenadora que também é composta por um Assessor Técnico, Ronnie Peterson, que aproveitou para reiterar que a coordenação possui excelente relação com o Comitê Estadual; UFMG; MPMG e a DPMG. Sobre o processo de formação das equipes que atuam na rede, questão levantada por Andrea Dalton (UFES), Luiza disse que vem priorizando os municípios que mais demandam a coordenação, que Uberlândia é o município com mais casos de denúncias de violação, e que, em geral, a relação com o município tem sido bem difícil. “A Escola de Formação de Direitos Humanos tem sido um importante instrumento de capacitação das equipes técnicas,” disse. Sobre o “*Housing First*”, questão trazida por Sandra (IJSN), Luiza comenta que em razão das especificidades local, a proposta que estão elaborando não deverá seguir a íntegra do modelo “*Housing First*”. Por fim, ao se despedir da plenária, Luzia deixou o vídeo “*Todo mundo tem Direitos*”, que, infelizmente, não pode ser exibido. A seguir, o Gerente de Políticas e Organizações de Redes de Atenção à Saúde (Geporas), da Secretaria de Estado de Saúde do Espírito Santo (SESA), Cristiano Luiz Ribeiro de Araújo, tratou do segundo ponto da pauta: “*Pesquisas Censitárias sobre a População em Situação de Rua*”. Em sua exposição, Cristiano falou do panorama da realização de pesquisas Censitárias Sobre a População em Situação de Rua no Brasil, a Pesquisa Nacional realizada em 2007, contagem realizada em 71 cidades com mais de 300 mil habitantes, das quais 23 eram capitais, sendo que São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre não participaram da pesquisa. Falou rapidamente das pesquisas locais: 1998 e 2005 - Belo Horizonte; 2000, 2003, 2009, 2011, 2015, 2019 e 2021 – São Paulo; 2005 – Recife; 2014 e 2021 – Fortaleza/CE; 2020 – Rio de Janeiro/RJ e 2021- Distrito Federal. Em 2016 – IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada realizou duas estimativas nacional, conforme dados do CadÚnico (em 1.924 municípios), estimou que existiam, em 2015, 101.854 pessoas em situação de Rua no Brasil; em 2018, o IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves - Perfil da População em Situação de Rua da RMGV; em 2020, o IPEA, conforme Estimativa Nacional – Dados do CadÚnico e Censo Suas (realizado em 5.570 municípios), estimou que existiam, em 2019, 221.869 mil pessoas em situação de rua no Brasil; Falou da relevância das pesquisas censitárias sobre população em situação de rua. Os diagnóstico e formas de tratamento, fenômeno fortemente impactado pela conjuntura recente e pandemia; que as pesquisas proporcionam o conhecimento das especificidades locais, possibilitam o adequado dimensionamento da rede de serviços socioassistenciais. “Um censo pode orientar a quantidade e localização de serviços, possibilita avaliar o alcance das políticas sociais direcionadas ao atendimento, orienta a organização das ofertas necessárias para as diversas políticas sociais, orienta o desenho de programas de qualificação profissional, serviços de saúde”, comenta. Na sequência, passamos às questões trazidas por Lucileila Eller, que questiona da existência ou não de parâmetro



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS
COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA – CIAMOPOP/ES**

nacional, ou instrumento publico para levantamento das necessidades voltado a essa população; Sandra Mara; Eliando Reis e Ramon Ribeiro. Não havendo mais nada a tratar a reunião foi encerrada as dezesseis, e foi lavrada por mim, Eliando Reis, servidor da Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH) membro deste Ciamopop/ES.

Ausências Justificadas:

1: SEDU/ DPES/ SESP e MNPR

Responsável pela Síntese: Eliando Reis

DATA: 26.04.2022

Reunião Ciamopop/ES – 26.04.2022



(Prints: Eliando Reis)

(Slides Sedese/MG)

The composite image consists of two parts. On the left is a circular diagram titled 'REDE E TERRITÓRIO PSR' (Network and Territory of the Street Population Reference System). The center is an orange circle labeled 'PSR'. Surrounding it are various sectors: 'Saúde Mental', 'Unidade de Atendimento Transfêrico', 'Centro de Convalescença', 'Rede Hospitalar UPA, SAMU, Especialidades, Saúde', 'Trabalhos terapêuticos e outros', 'Educação', 'Suprimento Alimentar', 'ONGS', 'Sociedade Civil', 'Moradia', 'Abrigos', 'MP', 'Defensoria Pública', 'Abordagem de Rua', 'Centro POP', 'CREAS', and 'Conselhos'. On the right is a slide from the 'OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA - POCOS/UFMG'. It includes a table for 'MUNICÍPIO PSR (12/2021)' and a 'LEGENDA' section. The legend states: 'Número total da população em situação de rua no Estado de Minas Gerais: 18.728 pessoas'. It lists statistics: 79% se declaram negras, 20% brancas e 1% indígenas e amarelas; 89% do sexo masculino e 11% feminino; 93% em condições de extrema pobreza e pobreza; 85% recebem Auxílio Brasil (Bolsa Família); 90% com idade entre 18 e 59 anos, 1% crianças/adolescentes (0 a 17 anos) e 9% acima de 60 anos; 16% apresentam alguma deficiência; 53% têm o ensino fundamental incompleto, 14% ensino fundamental completo, 13% ensino médio completo e 9% incompleto, 10% não têm "instrução" (não sabem ler e escrever).

